****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,170, Ano 66, Terça-feira**

**31 de Agosto de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 60.504, DE 30 DE AGOSTO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

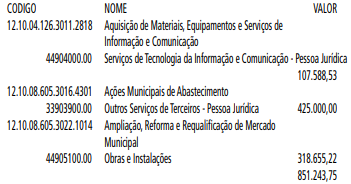
R$ 851.243,75 de acordo com a Lei nº

17.544, de 30 de dezembro de 2020.

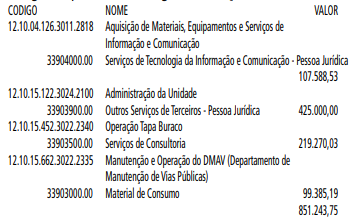
RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal das Subprefeituras,

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 851.243,75 (oitocentos e cinquenta e um mil e duzentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 30 de agosto de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 30 de agosto de 2021.

**SECRETARIAS**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**PORTARIA SMDET 16/2021, DE 23 DE AGOSTO DE 2021**

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E;**

CONSIDERANDO

A determinação contida no artigo 4º da Portaria 01/CGDOC/2021

RESOLVE:

Designar os seguintes servidores para compor a Equipe de

Gestão Documental da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo - EDOC/SMDET na seguinte conformidade:

I - Líder da EDOC do órgão ou da entidade e o suplente;

- Micheli Rodrigues Alves – RF 747.383-4

- Cristina Sumagawa - RF 602.093-3

II -?Responsável?do?órgão setorial?do Sistema de Arquivos do Município de São Paulo (SAMSP)

- Vivian Ferrelli Piovezan Swornik – RF 799.498-2

III - Ponto focal ?para elaboração das Tabelas de Temporalidade de Documentos

- Mariana Paschoal dos Santos – RF 885.658-3

- Vivian Ferrelli Piovezan Swornik – RF 799.498-2

IV -?Administrador local do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)?

- Valdemar de Morais Silva – RF 793.234-1

- Antonieta Laudonio Marcondes Pedroso – RF 780.085-1

V - Submestre?do Sistema Municipal de Processos (SIMPROC)

- Valdemar de Morais Silva – RF 793.234-1

VI – Responsável pela unidade de protocolo.

- José Domingos Santos Loiola – RF 670.520-1

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**DESPACHOS DA SECRETÁRIA**

**6064.2020/0001036-1**

I – À vista dos elementos constantes do processo em epígrafe, em especial as manifestações dos departamentos técnicos desta Pasta, no exercício da competência que me foi delegada pelo artigo 1º, caput, do Decreto Municipal n. 44.891, de 21 de junho de 2004, e com fulcro no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, no artigo 884 da Lei Federal n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e no artigo 3º do Decreto Municipal n. 57.630, de 17 de março de 2017, **RATIFICO** as despesas de dezembro de 2020, a título indenizatório, referente à prestação de serviços de guarda, armazenamento, conservação, arquivamento, transporte e gerenciamento de documentos dos arquivos permanentes e ativos, à empresa **ARK TEC GUARDA DE DOCUMENTOS LTDA,** CNPJ n. 65.689.895/0001-69, no valor total de R$ 3.045,38 (três mil, quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos).

**6016.2021/0011853-7**

I – No exercício da competência que me foi atribuída por lei e à vista dos elementos de convicção contidos nos presentes autos, considerando a adesão da Secretaria Municipal de Educação ao Programa Operação Trabalho – POT, conforme doc. 039553174, a apresentação do Plano de Trabalho, doc. 050867573, e a sua apreciação pela Coordenadoria do Trabalho, conforme doc. 051000371, **AUTORIZO** a renovação do **PROJETO OPERAÇÃO TRABALHO, VOLTA AS AULAS,** pelo período de 4 (quatro) meses contados a partir de 01/09/2021, no valor estimado de R$ 21.205.800,00 (vinte e um milhões, duzentos e cinco mil e oitocentos reais), com fundamento nas Leis Municipais 13.178/2001 13.689/2003, no Decreto Municipal 44.484/2004 e na Portaria SMDET 34, de 24 de outubro de 2019.

II – Desta forma, AUTORIZO a emissão das respectivas notas de empenho que deverão onerar as seguintes dotações orçamentárias, oriundas das notas de Reserva com Transferência sob doc. SEI 050914835, para o presente exercício financeiro, observando no que couber as disposições das Leis Complementares n. 101/2000 e 131/2009.

- R$ 7.761.600,00 (sete milhões, setecentos e sessenta e um mil e seiscentos reais) - dotação orçamentária 16.10.12.365 .3010.4.362.3.3.90.48.00.00;

- R$ 5.017.320,00 (cinco milhões, dezessete mil trezentos e vinte reais) - dotação orçamentária 16.10.12.365.3010.4.36 0.3.3.90.48.00.00;

- R$ 110.880,00 (cento e dez mil oitocentos e oitenta reais) – dotação orçamentária 16.10.12.362.3010.2.883.3.3.9

0.48.00.00;

- R$ 415.800,00 (quatrocentos e quinze mil e oitocentos reais) - dotação orçamentária 16.10.12.365.3010.2.876.3.3.9 0.48.00.00;

- R$ 83.160,00 (oitenta e três mil cento e sessenta reais)

- dotação orçamentária 16.10.12.367.3010.2.827.3.3.90.48.

00.00;

- R$ 7.595.280,00 (sete milhões, quinhentos e noventa e cinco mil duzentos e oitenta reais) - dotação orçamentária 16.1

0.12.361.3010.2.826.3.3.90.48.00.00 e;

- R$ 221.760,00 (duzentos e vinte e um mil setecentos e sessenta reais) - dotação orçamentária 16.10.12.366.3010.2.8

23.3.3.90.48.00.00,

**DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE**

**6064.2021/0000902-0**

I – No exercício das atribuições que me foram delegadas

por meio da Portaria 038/2013/SDTE-GAB, de 25 de setembro

de 2013, à vista dos elementos que instruem o processo em epígrafe, em especial manifestação e providências da Supervisão

de Execução Orçamentária e Financeira, e à luz do disposto no

Decreto Municipal 60.052, de 14 de janeiro de 2021, **AUTORIZO** o pagamento em favor da empresa **ARK TEC GUARDA DE DOCUMENTOS S/A,** CNPJ 65.689.895/0001-69, no valor de R$ 15.226,90 (quinze mil, duzentos e vinte e seis reais e noventa centavos), das despesas de janeiro de 2021 a maio de 2021, a título indenizatório, pela prestação de serviços de guarda, armazenamento, conservação, arquivamento, transporte e gerenciamento de documentos dos arquivos permanentes e ativos produzidos por esta Secretaria Municipal, observadas as formalidades e cautelas legais.

**ESPORTES E LAZER PAG. 20**

GABINETE DO SECRETÁRIO

**ASSESSORIA JURIDICA**

**6076.2019/0000195-1**

À vista dos elementos que instruem o presente SEI nº

6076.2019/0000195-1, em especial a solicitação em doc.

049436924, nos termos do Decreto 60.038/2020, 60.178/2021 e 60.362/2021, com fulcro na Portaria nº 019/SEME-G/2021 e 034/SEME/2021, no uso das atribuições que me são conferidas RETIFICO O DESPACHO constante em documento SEI nº

050432341 dos autos em epígrafe, publicado no diário oficial da cidade de São Paulo em 24/08/2021, na página 15, referente emissão de Nota de Reserva com Transferência de Recursos para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, U.O. 30.10, O presente despacho de retificação tem como objetivo corrigir o valor total da despesa: onde se lê R$ 13.636,28 (treze mil seiscentos e trinta e seis reais e vinte e oito centavos) " leia-se " R$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais). As demais considerações do Despacho Autorizatório permanecem inalteradas

**6019.2021/0002467-9**

**I. DESPACHO**

1. À vista dos elementos constantes do presente, especialmente da informação proferida por SEME/DGPAR (050988440) e o parecer da Assessoria Jurídica desta Pasta (051013383), considerando o estabelecido no Decreto Municipal nº 52.830/2011 e na Portaria nº 34/SMG/2017, diante da competência delegada pela Portaria nº 081/SEME/2013, AUTORIZO a inscrição da entidade FEDERAÇÃO PAULISTA DE KARATE,

CNPJ nº 48.241.897/0001-71, no Cadastro Único de Entidades do Terceiro Setor – CENTS, na categoria de Organização da Sociedade Civil (OSC).

**SERVIDORES PAG. 39**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**FÉRIAS DEFERIDAS**

****

**CÂMARA MUNICIPAL PAG. 104**

**Presidente: Milton Leite**

**GABINETE DO PRESIDENTE**

CÂMARA MUNICIPAL

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**

**SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E**

**REVISÃO - SGP-4**

**PROJETOS APRESENTADOS CONFORME O PRECEDENTE REGIMENTAL Nº 1/2020, DISPENSADA A LEITURA NO**

**PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 02-00043/2021**

**do Vereador Rinaldi Digilio (PSL)**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.- PSDB) - Há sobre a mesa parecer.

Peço ao Sr. Secretário faça a leitura do parecer.

- É lido o seguinte:

"PARECER CONJUNTO Nº DAS COMISSÕES REUNIDAS

DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; DE TRÂNSITO, TRANSPORTE

E ATIVIDADE ECONÔMICA; DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL,

TRABALHO E MULHER, E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O PROJETO DE LEI Nº 126/2021.

O projeto de lei nº 126/2021, de autoria do Vereador Rubinho Nunes (PSL), tem o objetivo de instituir o “Código de Defesa e a Patrulha de Apoio ao Empreendedor, dispondo sobre normas relativas à livre iniciativa, ao livre exercício de atividade econômica e à atividade regulatória do Município”. A partir do conceito de que a atividade econômica é de alçada da iniciativa privada, o texto delimita que o Poder Municipal deve favorecer o empreendedorismo por meio da desburocratização. O projeto, inicialmente, trata de delimitar definições e princípios.

Entre outros pontos, predispõe que todos os agentes públicos municipais, ao tratar com particulares que explorem qualquer atividade econômica, procurarão dar a solução mais simples, menos custosa e mais desburocratizada para a continuidade da empresa e do empreendimento, atentando ao princípio da mínima intervenção estatal. Cria o programa de patrulha e auxílio ao empreendedor no âmbito do município de São Paulo, que consistirá na orientação e apoio aos empreendedores da cidade quando da realização de fiscalização em seus empreendimentos pelos órgãos públicos, visando evitar eventuais abusos e excessos.

Na apresentação dos fundamentos da proposição, o autor aponta o objetivo de proteger o empreendedor, facilitar a abertura de empresas, formalizando uma barreira de proteção legal em benefício do empreendedor, na busca de um ambiente seguro para as atividades econômicas, geração de renda, riqueza e empregos.

O pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e

Legislação Participativa foi pela legalidade da matéria, na forma de um texto substitutivo, apresentado para adequar a redação às normas técnicas de elaboração legislativa.

Na estrutura administrativa da Prefeitura de São Paulo, a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho** **e Turismo - SMDET** é a pasta responsável pelas políticas públicas voltadas à geração de trabalho, emprego e renda, além de desenvolver atividades visando à “redução das desigualdades regionais, ao apoio às vocações econômicas e desenvolvimento local, ao fortalecimento da cultura empreendedora, à melhoria da competitividade, à promoção do desenvolvimento econômico sustentável, do desenvolvimento rural sustentável e solidário e à garantia dos direitos à alimentação e à segurança alimentar e nutricional no Município”. (<https://www.prefeitura.sp.gov.br/> cidade/secretarias/desenvolvimento, acessado em 28/06/2021).

O “site” da prefeitura divulga notícia segundo a qual São

Paulo foi considerada a melhor cidade brasileira para negócios em “ranking” apresentado por um estudo do Banco Mundial realizado nas capitais brasileiras. Trata-se do relatório “Doing Business Subnacional 2021”, que analisa a regulamentação das atividades de pequenas e médias empresas segundo cinco indicadores, destacando em cada um deles tanto os obstáculos quanto as boas práticas que contribuem para a facilidade de se realizarem negócios nas capitais brasileiras. Apesar do resultado positivo a que se refere a notícia supracitada, a análise do estudo apresentado aponta aspectos importantes da influência de procedimentos ligados aos municípios que afetam o ambiente de negócios, além de mostrar que há potencial para melhorias, seja no sentido de facilitar procedimentos burocráticos ou diminuir encargos incentivar investimentos, estimular a criação de empregos. (Prefeitura (capital.sp.gov.br) - notícias e Business

Regulations Across Brazil (doingbusiness.org), acessados em

28/06/2021)

A Comissão de Administração Pública ressalta a importância do projeto em análise reconhecendo a importância que a administração pública deve dar ao empreendedorismo, fomentando as atividades e elaborando políticas públicas queofereçam respaldo, sendo, portanto, favorável o parecer nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

A Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, no âmbito de sua competência, entende que a propositura é meritória, pois estimula a livre iniciativa e melhora o ambiente de negócios local, e deverá prosperar, sendo, portanto, favorável o parecer sob a forma do substitutivo da Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, no âmbito de sua competência, ressalta que o projeto é oportuno e meritório, favorável, portanto, é o parecer de acordo com a redação aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Quanto ao aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento nada tem a opor, tendo em vista que a matéria não ofende os dispositivos da lei orçamentária, bem como está condizente com os referendos legais de conduta fiscal. Favorável nos termos do Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala das Comissões Reunidas,

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Arselino Tatto (PT)

Erika Hilton (PSOL) - contrário

Edir Sales (PSD)

George Hato (MDB)

Gilson Barreto (PSDB)

Milton Ferreira (PODE)

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA

Adilson Amadeu (DEM)

Camilo Cristófaro (PSB)

Danilo do Posto de Saúde (PODE)

João Jorge (PSDB)

Missionário José Olimpio (DEM)

Marlon Luz (PATRIOTA)

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO

E MULHER

Alfredinho (PT)

Felipe Becari (PSD)

Fabio Riva (PSDB)

Juliana Cardoso (PT)

Luana Alves (PSOL) - contrário

Xexéu Tripoli (PSDB)

Rinaldi Digilio (PSL)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Fernando Holiday (NOVO)

Isac Felix (PL)

Jair Tatto (PT)

Janaína Lima (NOVO)

Delegado Palumbo (MDB)

Dr. Sidney Cruz (SOLIDARIEDADE)

Elaine do Quilombo Periférico (PSOL) - contrário

Atílio Francisco (REPUBLICANOS)

Marcelo Messias (MDB)"

**CAMARA MUNICIPAL PAG. 125**

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL) - Então, temos que discutir esse orçamento para a área da saúde com enfrentamento em pontos específicos. Colocamos isso em nossas emendas. Estou falando para que tenham ciência da importância de se colocar esses pontos, de se priorizar e discutir com profundidade esses pontos como pontos centrais e importantes... (Falha na transmissão) da população.

Outra coisa que também foi apresentada e que identifico como pertinente, urgente e necessária é a criação de centro de referência focado na saúde bucal de famílias negras na cidade de São Paulo. A questão bucal também está ligada a uma questão econômica e a uma questão racial e temos que colocar investimento nas áreas da saúde para fazer um enfrentamento desse outro ponto.

Outro ponto é a implementação de novas estratégias de monitoramento para combate da transmissão de HIV/Aids entre a população negra da Cidade que está suscetível a desenvolver a doença. Esses são dados sérios que têm mostrado o aumento do HIV/Aids nessa população. Precisamos colocar isso dentro do debate da Lei de Diretrizes Orçamentária. Isso está ligado à vida das pessoas na cidade de São Paulo.

Ampliação dos espaços do orçamento público para a **Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo** para financiamento de investimento no Programa de Operação Trabalho garantindo o aumento das atividades remuneradas para centenas de pessoas na Cidade. Isso é fundamental. Sabemos o quanto o POT é importante para atender os mais vulneráveis, aqueles que realmente precisam dessa política, desse programa para conseguir se manter na Cidade.

A criação de um programa emergencial de transferência de renda para trabalhadores e organização de equipamentos comunitários de cultura, sobretudo para os trabalhadores informais e autônomos sobre os quais quase metade tiveram perda de 100% da sua receita devido à pandemia e será o último setor a voltar. Sabemos que o setor cultural depende de pessoas, depende da aglomeração e precisamos falar.

Foram dez propostas que foram apresentadas, Sr. Presidente e nobres Colegas, e que precisam ser consideradas.

Temos muito a avançar. O esforço da Comissão de Finanças é reconhecido, mas ainda não temos uma discussão do orçamento que, de fato, dialogue e atenda às necessidades dos mais precarizados, dos mais afastados e daqueles grupos sociais da

Cidade que mais precisam de socorro neste momento cruel de nossa história.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigada